

THIELEMANN, Werner (Ed.). *Século XVIII: século das luzes – Século de Pombal*. Frankfurt am Main: TFM, 2001.

**F**oi publicado no segundo semestre de 2001 o volume de número 21 da Biblioteca Luso-brasileira intitulado *Século XVIII – século das luzes*, organizado pelo prof. Dr. Werner Thielemann da Universidade Humboldt de Berlim, dedicado, como o título o diz, ao estudo do século XVIII, o século de Pombal.

Os onze textos, escritos por especialistas portugueses, alemães, brasileiros e espanhóis, são de excelente nível – o que significa uma grande contribuição para a compreensão do período – e constituem, no sentido que lhe dá a *Linguística Textual*, um único texto, havendo uma grande coerência entre os trabalhos que passo a examinar mais detidamente.

Maria Filomena Gonçalves conceitua inicialmente *Historiografia Linguística*, passando depois, em arguta análise, ao exame das relações entre ideologia estatal e política linguística na época de Pombal, especificadas nos Alvarás Régios de 1759 e 1770 que manifestam “o discurso do poder fundado em opções claras, no sentido de traduzir a autoridade”. A autora mostra como o Alvará de 1759 representa uma ruptura drástica com a situação anterior e é todo construído de modo bipolar, procurando sempre indicar o atraso, os prejuízos e o obscurantismo anteriores, em contraste com o progresso, os benefícios e o esclarecimento da nova proposta, o que se verifica também no *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão* “onde aparecem algumas palavras de ordem do ideário pombalino: civilidade, racionalidade e reforma”. Indica, ainda, como a discussão sobre o “português legítimo” manifesta-se, no período de 1750 a 1770, na tentativa de

codificação gráfica, no combate veemente aos galicismos, na defesa do idioma, na definição do estatuto social dos diferentes usos da língua, na valorização dos autores dos dois séculos anteriores e como se prende ao exercício do poder, ao mesmo tempo em que este se serve e é servido pela língua, como instrumento da ideologia e das classes dominantes. A Gramática de Reis Lobato, tornada oficial, é um exemplo desse casamento entre ideologia e política lingüística, uma vez que, por meio dela, se pretendia “facilitar” e modernizar o ensino a partir da língua materna, já que o latim não favorecia a escolarização da burguesia, à qual Pombal recorre para desenvolver a indústria e o comércio. Esses aspectos objetivavam uma uniformização lingüística que só será atingida pela política centralizadora de Pombal. Filomena Gonçalves aponta, ainda, como, apesar das diferenças de objetivos e métodos, os caminhos da História da Língua e da Historiografia Lingüística se inter cruzam, podendo ser complementares, dependendo do objetivo dos estudos.

Clarinda Maia, em excelente estudo, detém-se no tratamento das variedades do português nos gramáticos e ortógrafos da época, com referência especial a Monte Carmelo, autor do *Compêndio de Ortografia*, publicado em Lisboa em 1767, mostrando como esses autores tiveram consciência da mudança lingüística e da diversidade dos usos lingüísticos. Para chegar a esse ponto traça a autora um breve percurso da tradição gramatical e ortográfica anteriores, por meio dos autores mais representativos. Mostra o século como não apenas de grande preocupação com a língua, de grande consciência lingüística que se traduziu em amplo cultivo dos estudos lingüísticos, como também de reação aos galicismos que invadiram a língua escrita e, posteriormente, a falada.

Maia ressalta como a atitude dos gramáticos é muitas vezes reflexo da atitude dos falantes ao mesmo tempo que ela própria influi na consciência dos mesmos “não deixando de fazer alusão à tomada de consciência de que a língua varia de acordo com os lugares onde se fala e de acordo com as características socioculturais dos falantes. Essa consciência aparece claramente formulada nas

obras de Fernão de Oliveira, João de Barros e Duarte Nunes do Leão. O cultivo dos estudos vai traduzir-se na publicação de obras dentre as quais destaca as primeiras cartas do *Verdadeiro método de estudar* de Verney e as *Enfermidades da língua portuguesa* de Manuel José de Paiva. Aponta ainda o aparecimento de uma atividade de caráter lexicográfico com a publicação de vários dicionários como o de Moraes Silva e o da Academia de Ciências.

Quanto ao *Compêndio de Ortografia* de Monte Carmelo, obra de caráter pedagógico-didático, insere-se perfeitamente no espírito normativo-prescritivo da época, caráter este manifesto desde o Prólogo, não apenas nas questões de ortografia, mas também a propósito do léxico, revelando clara percepção da existência de diferentes tipos de variedades: diacrônicas, a que chama de “dialetos temporais”, diatópicas e diafásicas e diastrásticas sobre as quais Clarinda Maia se estende brilhantemente.

Werner Thielemann, em alentado estudo, mostra como o século XVIII é, depois do Humanismo, um segundo período de atividades intensas e extensas com a língua portuguesa. Inicia pelo *Vocabulário* de Bluteau, passa por outras obras lexicográficas e termina com o *Dicionário* de Moraes Silva. Aponta como se fazem sentir em Portugal, durante o período, as influências do Iluminismo, com o interesse pela Filosofia e a consciência do estado retrógrado em que se encontram as ciências e as artes no País. Mostra como o esforço a desenvolver é enorme e de natureza complexa, pois só se poderá chegar à clareza dos conceitos se a língua dispuser de instrumentos apropriados: trata-se, então, de aperfeiçoar a língua e o “objetivo do estilo culto é tornar a língua portuguesa mais eficiente e garantir as grandes tarefas estilísticas que são a pureza, a clareza, o sublime e a majestade do discurso” e as ortografias e dicionários do século XVIII certamente fazem avançar a cultura lingüística em Portugal.

O trabalho de Gerda Habler examina, em fina análise, as influências do Iluminismo sobre as teorias lingüísticas em Portugal, mostrando como o interesse pelo vernáculo traduz-se por intensa

e rica publicação de dicionários e gramáticas. Quanto aos primeiros, parte de Bluteau e chega a Moraes Silva e, quanto aos segundos, detém-se em Argote, Lobato e Soares Barbosa. Ao analisar a obra de Lobato, explica sua fidelidade aos modelos seiscentistas, com a afirmação de que a reforma pombalina “não é na verdade uma reforma progressista. É nítido o desejo não de renovar, mas sim, pelo contrário, de ligar-se ao passado, à época anterior aos jesuítas.” Mostra também como as duas correntes – a da *Grammaire générale* (mais velha) e a da *Encyclopédie* (mais jovem) tiveram repercussões diferentes em Portugal. A influência da primeira não foi muito grande, pois os monges de Port-Royal não foram considerados inovadores, mas sucessores de Sánchez, bem conhecido no país desde o século XVII; a influência da *Encyclopédie* foi muito maior, tendo sido o modelo preponderante para muitos gramáticos. Outro aspecto estudado pela autora é a valorização da Retórica a partir de Verney, que afirma ser um erro ensiná-la em latim e não em vernáculo. Para Verney, as regras da Retórica são unívulas e indispensáveis para convencer e ordenar as idéias. Assim, ela se apresenta com “uma otimização das regras semânticas que correspondem à realidade cognitiva dos homens”.

Bárbara Schafer-Prieb, depois de historiar as duas correntes da Gramática Geral, uma representada pela *Grammaire générale raisonnée* e a outra, “mais jovem”, representada pelos enciclopedistas e sensualistas, traz-nos um excelente estudo sobre a gramaticografia portuguesa no século XVIII, traçando, antes, um panorama do século XVII em que a produção gramatical, após a efervescência do século XVI, é reduzida (com apenas duas obras: *o Método gramatical para todas as línguas*, de Amaro de Roboredo, de 1619 e a *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscende*, de Bento Pereira, de 1672), porque os jesuítas insistiam no ensino unilíngüe dominado pela Gramática de Manuel Álvares. As bases didáticas de Roboredo são as que viriam a se encontrar cinquenta anos depois em Port-Royal e reportam a Sánchez que, na Minerva, substitui a concepção de linguagem como fluidez, comunicação, pela concepção de linguagem como organização lógica e suscetível de descrição rigorosa. Embo-

ra a tirania do modelo latino ainda permaneça nesse século, a especificidade do português se firma com essa obra e com *Porta de línguas*, do mesmo autor. Tratando do século XVIII, mostra como foi diferente, em Portugal, a repercussão das duas correntes da Gramática Geral. Os Port-Royalistas deixaram poucos vestígios, dado o predomínio dos jesuítas e o fato de terem sido considerados não como inovadores mas como sucessores de Sánchez, bem conhecido da gramaticografia portuguesa do século XVII. A influência dos “mais jovens” foi bem maior devido não só inicialmente às atividades da Academia de Ciências, mas também, mais tarde, aos contatos com a França napoleônica e com os herdeiros de Soares Barbosa; assim permaneceu ativa em Portugal até fins do século XIX quando da introdução da gramática histórico-comparativa e no Brasil, ainda no início do século XX. É na gramática de Argote (1721) que se encontra, talvez pela primeira vez, referência à *Grammaire générale*, o que mostra não ter sido a obra censurada em Portugal. A reforma do ensino da gramática foi iniciada depois da expulsão dos jesuítas pelo Alvará Régio de 1759, que estabeleceria as aulas régias de latim, grego e retórica pelo novo método, relegando ao esquecimento o alvarista e se corporifica no Alvará de 1770 que prescreve como livro oficial a *Arte da gramática da língua portuguesa* de Reis Lobato, no dizer de Leite de Vasconcelos, “um instrumento de Pombal nas obras de reforma contra o ensino jesuítico”.

Em estudo dos dicionários das línguas francesa, inglesa e portuguesa, Lutz Hoepner confirma a excelência do *Vocabulário* de Bluteau mesmo quando comparado ao *Dictionnaire universel* de Furetière (1601) e à *Cyclopaedia* de Chambers (1728) que décadas mais tarde serviria de modelo à *Encyclopédie*. “Tudo indica que Bluteau se adiantou de alguns decênios aos enciclopedistas franceses Diderot e D’Alembert.” O dicionarista trabalha com conceitos e métodos iluministas já que mantinha contatos com a sociedade intelectual portuguesa e acompanhava a pesquisa científica cuja dimensão terminológica está presente no *Vocabulário*. Diz que se pode afirmar sem exagero que sua obra tem-se mantido como obra de referência até nossos dias e é só depois dela que aparecem nos

dicionários franceses e ingleses traços do léxico botânico e zoológico de origem tupi-guarani, tendo sido ele o fornecedor do material lexicográfico aos demais.

Partindo da idéia de que o léxico é o espelho da “realidade” sócio-histórica da época, Dieter Kremer mostra que não existem dicionários de épocas delimitadas, por exemplo, dos séculos XVII, XVIII, XIX, e como decorrência do processo de industrialização, com uma verdadeira onda de invenções, que se fez sentir também no Brasil, de todo tipo de máquinas, surge um vocabulário cada vez mais “complexo, internalizado e instável” que é apresentado no artigo, em uma rica seleção de vocábulos do século XVIII, relacionados a essa atividade. Apesar de dizer que a seleção apresentada é mínima, ela é rica e mostra uma fisionomia lexical característica: os “tecidos” e a alimentação. Explica ainda, o autor, como, no século XVIII, é notável o aumento dos estrangeirismos, especialmente galicismos e italianismos. Como bem afirma, é muito importante a interpretação lingüística desse léxico, pois há uma manifesta internalização e uma “progressiva visualização” da língua. Alerta muito bem que a lexicologia é, por excelência, um ciência humana e nunca se chegará a conhecimentos definitivos, pois o passado é muito complexo e a documentação disponível, sujeita a muitos acasos.

Marlos de Barros Pessoa aborda uma questão pouco tratada pelos especialistas: o conceito de simplificação lingüística e apresenta evidências da aplicabilidade desse conceito ao século XVIII, considerando dois fatos: a propagação em Portugal das idéias iluministas e a afirmação de Verney de que se deve oferecer ao estudante uma gramática curta e clara de sua língua e, a partir deles, se pergunta se não seria pertinente “investigar-se a possibilidade de que o princípio lançado por Verney não teria sido um programa mais amplo que envolvia a própria necessidade de difusão da língua escrita”. Sua hipótese é que o momento mais nítido de utilização da noção de simplificação é o século XVIII por causa do interesse de difundir o português e por uma nítida influência do oral sobre o escrito. Cita como exemplo de autores que revelaram essa preocu-

pação o já citado Verney e Moraes Silva, cujo dicionário é uma simplificação do dicionário de Bluteau e cuja gramática segue também o preceito de Verney de uma gramática curta e clara.

O trabalho de Maria de Fátima Brauer-Figueiredo trata da obra de Verney, cuja importância reside no espírito que a rege e na ruptura que representa. A obra consta de dezesseis cartas, abarca várias áreas e vai provocar uma reforma dos estudos em Portugal. O artigo examina as cartas primeira e décima sexta, referentes, respectivamente, ao estudo da língua portuguesa e à educação das mulheres. A carta primeira inicia-se com a conceituação de gramática, “porta dos outros estudos, da qual depende a boa eleição dos mais” enfatizando que sua aprendizagem é fundamental para o aperfeiçoamento da língua, mas o que não se deve fazer é iniciar-se seu estudo partindo da gramática latina. É evidente, ao propor uma gramática curta e clara, a intenção de atingir o método alvarista, único adotado nas escolas, e a obra de Contador de Argote. Dedicase à questão da ortografia, com propostas às vezes inaceitáveis, mas a obra vale pela reforma que preconiza. Na carta décima sexta, Verney recomenda que as mulheres estudem tanto quanto os rapazes para melhorar o nível cultural da população portuguesa da época. Afirma que nunca encontrou em Portugal uma mulher que soubesse escrever corretamente e que pouquíssimas sabiam ler e escrever. Volta a referir-se à importância da ortografia e da pontuação para melhor compreender o que se lê.

Partindo do refrão popular *Da Espanha, nem bom vento, nem bom casamento*, que expressa na sabedoria popular a opinião dos portugueses sobre as relações entre os dois países do decorrer da História, Antonio Martinez González estuda a influência cultural e lingüística da Espanha sobre Portugal. A influência lingüística afetou todos os campos do saber e muitas obras, como a *Eneida* e a *Odisséia*, foram conhecidas em Portugal graças à tradução para o espanhol. Ao prestígio cultural soma-se o prestígio político principalmente a partir de 1580, porém o fenômeno inverso não ocorre, isto é, Portugal não exerce influência similar na cultura e na litera-

tura espanholas A influência castelhana é substituída mais tarde pela francesa, inglesa e de outras nações européias, contribuindo também para isso o fato de que Portugal no século XVIII toma consciência de sua individualidade como nação e de seu lugar na comunidade européia. A união das duas nações começa a ser posta em cheque pelos primeiros gramáticos que vêm na língua materna o fundamento da afirmação da nacionalidade; a exemplo do que afirmou Nebrija pode-se dizer que também em Portugal, sob o governo de Pombal, a língua se sentiu companheira do Império, quando se buscou a uniformidade lingüística, não só por ser considerada expressão do racionalismo, mas também por ser a maior expressão da unidade nacional.

\* Maria Manuela Pardal Krühler ocupa-se da Marquesa de Alorna, Leonor de Almeida Portugal, nome arcádico Alcipe, mito construído em sucessivas biografias mais ou menos romanceadas. "A vida da Marquesa de Alorna parece ser um daqueles casos em que a realidade suplantou a própria ficção." Encarcerada com a mãe e a irmã no Convento de Chelas por conta do processo que levou à prisão e ao cadafalso os Távoras, lá permaneceu dos oito aos vinte e seis anos, tendo recebido educação esmerada e participado dos outeiros, sessões de poesia onde se acolhiam visitantes, prática corrente nos conventos da época. Lá formou sua sólida cultura, conhecendo os ideais e tendências do Iluminismo, não só por revistas e livros que lhe chegavam de Paris e de Londres, mas também por sua participação ativa na Arcádia. Estabeleceu com o pai, prisioneiro em Junqueira, uma relação epistolar regular que constituiu, do mesmo modo que sua poesia, "uma forma de evasão do espírito face à prisão do tempo". Sua epistolografia está repleta de referências minuciosas a enfermidades (especialmente a da mãe), a tratamentos ministrados na época (revelando o gosto pela ciência próprio do século) e a sua saúde frágil, com pendor para a melancolia. A melancolia tem papel crucial na relação que se estabelece entre doença e escrita e a autora a estuda muito bem, mostrando que não se tratava de um mal físico imaginário de sua situação pessoal e familiar, mas, à maneira da época, a Marquesa é vítima de aborre-

cimentos e se debate, em seu sofrimento filosófico, entre a inquietação, o sofrimento e a letargia.

Como esta resenha deixa ver, o volume *Século XVIII: século das luzes* tem um alcance teórico muito grande, pois constitui uma excelente contribuição aos estudos do período em Portugal, abordando pontos ainda pouco examinados e trazendo novos conceitos para esses estudos.

Leonor Lopes Fávoro  
PUC – SP